

3.

“Linguagem e identidade se misturam nesta tese”: aporte teórico

“os grandes momentos na história da linguística invariavelmente foram aqueles nos quais houve intensos diálogos inter- e transdisciplinares em torno de questões mais amplas envolvendo a linguagem” (Rajagopalan, 2003, p. 40)

A citação acima foi extraída de um dos livros que mais me modificou, não somente como linguista e educador linguístico, mas também como indivíduo relacional em contextos outros que não somente a academia e os espaços de educação formal. As provocações de Rajagopalan foram, ao longo das minhas (re)leituras, fortalecendo a vontade e a necessidade da escrita desta tese. Este capítulo, emblematicamente, tenta dar conta do perfil de linguista crítico que o autor delinea nas páginas de seu livro. Gostarei se a leitura da tese, por completo, fizer jus às proposições de Rajagopalan.

A proposta deste capítulo é delinear o caminho teórico, mais diretamente relacionado às questões da linguagem, que dá as bases epistemológicas do trabalho. Ele está intimamente ligado à visão que trouxe, no capítulo anterior, sobre a contemporaneidade: “um tempo em que adquirem relevo as margens, o descentramento, o dialogismo, as mestiçagens, os hibridismos, as imigrações, a recusa da pureza” (Fiorin, 2013, p. 16). Minha organização teórica pretende ser responsiva ao momento contemporâneo e, por esse motivo, faz dialogar distintas áreas do conhecimento interessadas na questão da linguagem e na sua relação com a vida social.

Tendências distintas na área das humanidades marcam a centralidade das práticas de linguagem no mundo contemporâneo (Dijk, 2004). Entender que a linguagem se mostra cada vez mais central em nossas sociabilidades não significa dizer que somente agora, nos últimos tempos, ela passou a ocupar esse lugar. A diferença que se faz notar agora é não somente uma atenção maior que interpretações intelectuais sobre o mundo contemporâneo lhe oferecem, como também a percepção de que vivemos em um mundo cada vez mais discursivo,

“um mundo no qual a linguagem ocupa um espaço privilegiado. Este é um mundo no qual nada de relevante se faz sem discurso” (Moita Lopes, 2013, p. 19).

Vários autores na área da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2013, 2008; Pennycook, 2008; Rampton, 2008) já apontaram a necessidade de uma teorização em linguagem que dê conta dessa nova perspectiva. Estudos sobre a linguagem que ainda a entendem como um sistema fechado de normas, segundo esses autores, não dão conta da interpretação dos fenômenos sociais contemporâneos. Pensar num mundo construído discursivamente nos leva à proposição de arcabouços teóricos que articulem as práticas discursivas às várias formas de viver em sociedade. Falo aqui das práticas identitárias. Estudar uma forma de estar no mundo – uma prática identitária específica – é pensar, de acordo com o que organizo aqui, em como nos colocamos nesse mundo discursivamente. Para isso, há de se pensar em “uma concepção de linguagem como discurso, ou seja, uma concepção que coloca como central o fato de que todo uso da linguagem envolve ação humana em relação a alguém em um contexto interacional específico” (Moita Lopes, 2003, p. 19)

Os autores trazidos ao texto são oriundos de diferentes ciências sociais – filosofia, sociologia, linguística, psicologia social entre outras. Para falar sobre linguagem, valho-me de seus escritos sem necessariamente frisar suas filiações. Alinhado à cultura indisciplinar que vem ganhando cada vez mais força nos estudos em Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2008), tomo a linguagem como estrada e vou pegando carona em todas as tradições epistemológicas que me parecem fundamentais para alcançar meus objetivos e oferecer respostas possíveis aos problemas de pesquisa que proponho. Um fazer investigativo atento à linguagem pode e deve se alimentar de formulações teóricas as mais variadas.

Linguagem e identidade se misturam nesta tese. No presente capítulo, para pensar no entrelaçamento dessas noções, elaboro conceitualmente os construtos de performance, narrativa, face e estigma (e mais alguns neles envolvidos). É a partir desses conceitos que proponho entender, conforme adiantei na Introdução, a construção situada da homossexualidade, compreendida aqui como uma performance discursiva. Para observar essa prática – performance aqui é vista como uma prática – me aproximo do discurso de três rapazes em busca principalmente dos momentos narrativos de suas performances durante os

encontros para gravação das entrevistas de pesquisa. Ali, observo, com atenção, a construção do evento narrado – a história que se conta – e também a do evento narrativo – a interação que eles e eu construímos em conjunto. Para esse último olhar, faço uso da noção de face e estigma.

Com esse trajeto, pretendo encaminhar-me para o capítulo de análise guiado por uma lente laminada em três campos de visão. Observo (1) a interação que ocorre entre mim e os participantes, (2) a construção das narrativas ali produzidas e (3) os sentidos molares despertados naquelas interações moleculares. Esta metáfora – mais uma – me auxilia a compreender a relação macro-micro que pretendo encaminhar na pesquisa: uma relação interdependente de saberes locais e globais, um movimento constante de fricção e atrito entre repertórios situados – moleculares – e sentidos macrossociais – molares.

Passo, então, à exposição teórica.

3.1

“Performance, neste trabalho, é a noção que se utiliza para entender a prática da identidade”: identidade como performance

o *gênero* não é um substantivo (...). O gênero mostra ser performativo (...), isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. (...) Não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída (Butler, [1990] 2010, p. 48)

Na citação acima, encontramos uma porta de entrada para a discussão em torno da noção de performatividade e sua relação com as performances identitárias de gênero. Essa noção ganha grande repercussão na obra de Judith Butler, nome de grande relevância para os estudos queer. Ainda que o interesse mais evidente na obra de Butler seja a construção das performances de gênero, é possível pensar em toda e qualquer prática identitária pelo viés da performatividade. É guiando-me por esse caminho que trago a obra da autora para este trabalho.

Judith Butler, professora da Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA), é uma filósofa estadunidense interessada, principalmente, nas

problemáticas em torno da noção de gênero. Assumidamente feminista¹, Butler pode ser apresentada como uma filósofa pós-estruturalista. É certamente o nome mais citado, nos dias atuais, quando se faz referência ao movimento político/intelectual que, posteriormente à publicação de seus primeiros trabalhos, foi chamado de Teoria Queer.

A Teoria Queer tem sua origem nas ruas (Spargo, 2004). *Queer* é uma palavra do inglês originalmente utilizada com uma conotação pejorativa. Assim como *viado*, *bicha*, *boiola*, *sapatão* no português, *queer* é um termo ofensivo referido às identidades homossexuais. Soma-se a essa acepção uma outra, ligada a adjetivações como *estranho* e *esquisito*. Ao ser incorporado pelos movimentos sociais LGBTs nos Estados Unidos, o termo passa a ser emblema da luta por direitos de reconhecimento. Numa guinada semântica, o termo, antes condensador de expressões de preconceito, “um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto² àqueles a quem é dirigido” (Louro, 2001, p. 546), vira bandeira de luta e uma forma positiva de autoidentificação: *sim, somos viados, bichas, boiolas e sapatões, e estamos aqui para desestabilizar as coisas*³.

A aproximação dos movimentos políticos queer com a produção acadêmica se dá entre os anos 80 e 90 do século passado. A datação dos primórdios da Teoria Queer é uma estratégia didática que não abarca a dispersão das inúmeras influências epistemológicas e políticas que a constituem⁴. Feita essa ressalva, pode-se dizer que é com a obra, já citada nesta tese, *Epistemology of the closet* (1991), de Eve K. Sedgwick, que se funda a Teoria Queer como um

¹ Apesar de essa ser uma declaração constante de Judith Butler, não são todos os ciclos feministas que acolhem suas observações críticas ao movimento. Durante os últimos seis anos, quando intensifiquei minha participação em eventos acadêmicos da área de gênero e sexualidade, pude presenciar algumas discussões bastante acaloradas entre feministas adeptas dos pressupostos de Butler e outras alinhadas com autoras mais tradicionais da literatura feminista. Em edição especial para discussão de sua obra, a revista **CULT**, de novembro de 2013 (ano 16, número 185), assim inicia seu dossiê sobre a autora: “A filósofa que rejeita classificações”. As tensões parecem iniciar aí.

² A noção de abjeção será mais detalhadamente apresentada a seguir.

³ Um movimento semântico muito parecido se deu com o adjetivo *vadia*, incorporado também como autoidentificação militante pelas pessoas que protestam no evento de fundo feminista conhecido como “Marcha das Vadias”.

⁴ Borba (2014) utiliza a expressão “teorias queer”, ressaltando as inúmeras vozes – às vezes divergentes – que se valem dessa denominação.

desdobramento dos estudos gays e lésbicos desenvolvidos até então no contexto dos Estados Unidos. Segundo Miskolci, a Teoria Queer enriquece “os estudos gays e lésbicos com sua perspectiva feminista que lida com o conceito de gênero, e também sofisticada o feminismo, ampliando seu alcance para além das mulheres” (2013a, p. 32). A visão desses estudos radicaliza a noção de identidade, ainda estável e fixa proposta pela teoria feminista, num descompromisso com a obrigatoriedade de forjar projetos identitários. Nos termos de Moita Lopes, a Teoria Queer, “em vez de teorizar as políticas da identidade, teoriza as pós-identidades” (2010, p. 139).

Pode-se resumir que, se envolvidos por pressupostos queer, os estudos tratarão de modos de viver como construções constantes e transitórias. Há um total distanciamento das visões essencialistas sobre as identidades, propondo que, se o assunto é identitário, estamos sempre no campo do trabalho discursivo, histórico, social, cultural e político de construção das vidas, e estamos sempre lidando com a instabilidade, a incerteza e a hibridez dos sentidos. O tom das proposições queer é o do estranhamento das certezas, o do questionamento e o da desconstrução das normas. Para Miskolci, a proposta queer “é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo” (2013, p. 25). Estamos então no terreno da problematização, ou então, da “crítica aos processos de legislação não voluntária da identidade” (Borba, 2014, p. 445).

Feita essa introdução, voltemos à citação que abre a seção. A proposição de Butler ali advém, em parte, dos estudos de John Austin sobre os atos de fala. Num primeiro momento de suas formulações, Austin (1990) fez uma divisão, depois revista, entre atos de linguagem que constatam, verificam, descrevem uma dada realidade – a que chamou de atos constatativos – e atos que criam novos estados, os performativos. Frases como *Essa casa é verde* estariam no primeiro grupo, enquanto outras como *Declaro-o culpado* se localizariam no segundo. Posteriormente, Austin abandona a dicotomia constatativos-performativos para centrar-se numa visão de linguagem radicalmente performativa. Nas palavras de Pinto (2007, p. 2), “definir a própria linguagem como performativa (...) traz à tona a ideia de que todos os enunciados, todos os atos de fala, tudo o que dizemos faz”.

É nesse sentido que Butler entende frases como *É uma menina* não como constataativas, mas como um ato de linguagem, um fazer discursivo que gerará comportamentos, dizeres, um corpo, uma vida, enfim. Diz a autora:

Consideremos o caso da interpelação médica que (...) faz passar um menino ou uma menina da categoria de “bebê” à de “menino” ou “menina”, fazendo com isso que a menina se “feminize” mediante tal denominação. A interpelação de gênero introduz a menina no terreno da linguagem ([1993] 2008, p. 25).

Seguindo o caminho trilhado por Butler, torna-se importante apresentar a sua apropriação da noção de performatividade. Sua proposição é a de entender as identidades sociais de uma forma radicalmente anti-essencialista. Para isso, a autora, interessada nas práticas identitárias de gênero e sexualidade⁵, assinala que ao invés de entender a manifestação social dos gêneros enquanto reflexo das essências humanas de masculinidade e feminilidade, irá compreendê-la enquanto performativamente constituída⁶. Isso significa dizer que as formas de ser homem e de ser mulher disponíveis numa dada sociedade foram, ao longo do tempo, instituídas como válidas, legítimas e experienciáveis. Para Butler, segundo Lewis (2012, p. 50), “o gênero é uma construção sócio-histórico-cultural e discursiva (...). O gênero não é uma propriedade essencial, inata ou pré-discursiva das pessoas, é produzido (em parte) pelos atos de fala que o nomeiam”. Se gênero não é essência, ele será visto por Butler como performance. O caráter performativo do

⁵ Conforme já dito, ainda que o foco da obra de Butler sejam as práticas identitárias relativas aos gêneros e às sexualidades, suas formulações contribuem grandemente para estudos que tematizam “outras categorias de conhecimento que contribuem com a manutenção de relações de poder desiguais: a raça, a religião, a nacionalidade, a idade e a classe” (Spargo, 2004, p. 81). Paula, num estudo sobre performances de corpo e cabelo, aproxima-se de Butler para pensar o construto de raça. Diz a autora que “ser negro não é uma ação natural, ou seja, biológica, em vez disso, ser negro é uma performance cultural. Isto significa dizer que ser negro é um fazer que se constitui em atos performativos que são discursivamente impelidos e produzidos no corpo e por meio do corpo” (2010, p. 88)

⁶ Sinto a necessidade de, bem brevemente, fazer uma ressalva quanto à ideia de *essência*. Estou alinhado às perspectivas teóricas que lidam com noções anti-essencialistas. Contudo, não em todos os âmbitos de produção de conhecimento prescindindo dessa palavra. *Essência* é um termo do qual se valem algumas orientações filosóficas, entre as quais aquelas que poderíamos chamar de espiritualistas (reduzindo ao máximo as inúmeras tendências epistemológicas aí inseridas). Em minha compreensão, a semântica mobilizada pela palavra nesse tipo de literatura pouco dialoga com aquela que formulações como as de Judith Butler pretendem desconstruir. Como sempre deve ser, os termos precisam ser lidos de forma contextual e relacional às vozes enunciadoras e aos propósitos em questão.

gênero se visualiza pelas performances de gênero disponibilizadas pelos corpos sociais. Se pensamos, por exemplo, nas performances de feminilidade, estão aí incluídas, dentro das concepções pré-estabelecidas pelo Ocidente⁷, sentar de pernas cruzadas, usar saias, ter a voz aguda, usar maquiagem, etc. O mundo social, na perspectiva da performatividade, se dá pelas performances desempenhadas pelos indivíduos que o constituem. Performance, neste trabalho, é a noção que se utiliza para entender a prática da identidade. Ao dizer, por exemplo, “performance de gênero”, estou fazendo referência à prática, ao fazer que produz uma identidade de gênero. Essa ideia dá às identidades um caráter dinâmico. Pensar a identidade como performance é pensá-la conforme Moita Lopes nos sugere. Para o autor,

a construção da identidade social é vista como estando sempre em processo, pois é dependente da realização discursiva em circunstâncias particulares: os significados que os participantes dão a si mesmos e aos outros engajados no discurso” (2002, p. 34)⁸.

Se tais performances são, conforme assinalamos acima, sócio-histórico-cultural e discursivamente constituídas, de que forma se dá essa constituição? A resposta, mais uma vez, encontramos em Butler: “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” ([1990] 2010, p. 59). A citação exige alguns comentários. O primeiro deles refere-se à expressão “estilização repetida do corpo”. Ao dizer isso, Butler tenta nos mostrar que para que uma performance seja legitimada, não basta que seja feita. Ela precisa ser feita repetidamente. A repetição contínua de uma dada performance de gênero lhe dará contornos de

⁷ Estou ciente da redução de sentido no uso do termo *ocidente*. Uso-o com um sentido político e identitário e não, propriamente, geográfico e espacial.

⁸ É importante mencionar que, no campo das militâncias identitárias, em muitos casos, há uma apropriação estratégica do termo “essência”. Essencialismo estratégico é a expressão utilizada para designar de que forma é possível lidar com concepções essencializadas a fim de que sejam disputados e garantidos direitos. A expressão – e seu potencial performativo –, cunhada por Gayatri C. Spivak, é utilizada ainda frequentemente por algumas frentes políticas. Almeida (2009, p. 2) destaca que “o qualificativo “estratégico” estabelece uma ressalva em relação ao denegrado [sic] *essencialismo* e, simultaneamente, suspende as propostas alternativas de muita teoria social pós-estruturalista (...) que apontam no sentido do estilhamento das categorias identitárias”.

naturalidade. Valendo-me de um dos exemplos que mencionei acima, entender que o sentar de pernas cruzadas é um comportamento típico das mulheres, pelo viés da performatividade, é percebê-lo como uma performance de gênero que foi realizada socialmente repetidamente. A performance contínua do cruzar as pernas, quando identificada como tipicamente feminina, será incentivada na corporalidade de indivíduos que sejam percebidos como mulheres e rejeitada nos corpos dos que se constroem e/ou são construídos como homens. Para Lewis,

o gênero não é a expressão de uma propriedade essencial do corpo, porém, frequentemente é percebido como uma realidade natural, (...) o gênero é constituído através de o que uma pessoa faz e diz repetidamente dentro de um sistema de restrições sociais” (2012, p. 50).

Percebemos aqui um aparente paradoxo na noção da performatividade. Ele, ao invés de diminuir a aplicabilidade do conceito, lhe dá ainda mais consistência. A contradição está em pensar o gênero como construído e percebê-lo, cotidianamente, como natural e essencializado. E assim o é: a história, a sociedade, a cultura e o discurso dão a algumas performances – àquelas que mais se repetem – contornos de essência.

Voltando ao fragmento de Butler apresentado acima, outro ponto a ser comentado é o que se refere à “estrutura reguladora altamente rígida”. No que tange às identidades de gênero e sexualidade, a autora refere-se ao que denomina heteronormatividade. Essa estrutura reguladora dirá que existe uma ordem lógica que liga os construtos de sexo (biológico) – gênero (social) – desejo. Ou seja, o aparelho biológico determinante de um sexo (tomemos um pênis como exemplo) será refletido numa performance social de gênero (seguindo o exemplo, um homem). Esse gênero, pela lógica da estrutura, direcionará seu desejo ao gênero oposto (uma mulher, nesse caso). Tendo a heteronormatividade como parâmetro, as performances são legitimadas ou deslegitimadas, e os corpos tornam-se passíveis ou não de uma ontologia. A heterossexualidade possui ontologia. A homossexualidade será, entre outras performances, considerada como fora da norma e o corpo sexual será, nas palavras de Butler, visto como abjeto. Deixemos que fale a autora: “não é que o impensável, que aquilo que não pode ser vivido ou compreendido não tenha uma vida discursiva; ele certamente a tem. Mas ele vive

dentro do discurso como a figura absolutamente não questionada, a figura indistinta e sem conteúdo de algo que ainda não se tornou real” (Butler in Prins e Costera M., 2002, p. 162).

Bento, pesquisadora brasileira especialmente interessada nas performances consideradas pela heteronormatividade como abjetas, diz que:

As formas idealizadas dos gêneros geram hierarquia e exclusão. Os regimes de verdades estipulam que determinadas expressões relacionadas com o gênero são falsas, enquanto outras são verdadeiras e originais, condenando a uma morte em vida, exilando em si mesmos os sujeitos que não se ajustam às idealizações. (2008, p. 44)

Entretanto, o lugar da abjeção não é eterno. Se vamos pensar as identidades enquanto performances, quanto mais um corpo abjeto faz visualizar sua materialidade, mais possível se torna, não só a ontologia para si mesmo, como também um rompimento da ordem que institui sua abjeção. Se vamos pensar na questão das identidades homossexuais, por exemplo, percebemos como, na contemporaneidade, seu lugar de abjeção tem sido desestabilizado. São cada vez mais frequentes, conforme já pontuado, em diversas instituições (nas mídias, nas famílias, nas escolas), performances que se distanciam da matriz heteronormativa⁹. De tão repetidas, pode-se dizer que, em alguns contextos, sua construção histórica ganha ares de naturalidade. Cameron ([1998] 2010, p. 132) resume bem esse movimento:

Uma vantagem adicional dessa abordagem é que ela permite que se reconheça a instabilidade e a variabilidade das identidades de gênero (...). Ao mesmo tempo que insiste que a noção de gênero é regulada e policiada por normas sociais extremamente rígidas, Judith Butler não reduz homens e mulheres a autômatos programados, pela socialização na infância, a repetir pelo resto das suas vidas o comportamento adequado de gênero. As

⁹ Parece-me pertinente mencionar a postagem de um colega, que mantém um perfil na rede social Facebook, registrada em meu diário de pesquisa. Maurício, ao comentar uma cena da novela **Babilônia**, no ar, entre os meses de março e agosto de 2015, na TV Globo, diz: *Preciso dizer que tenho todas as razões para odiar a Globo. Mas suas novelas, de diferentes formas, representaram muito em minha vida de menino na periferia de (nome de um município da Baixada Fluminense). Lembro da importância de Sandrinho e Jefferson na novela “A Próxima Vítima”, dos episódios de “Você decide” ... e agora Babilônia... essas coisas têm me levado a refletir sobre o percurso que vários de nós percorreram para chegar a esse momento. Estamos longe daquilo que queremos, mas já não estamos naquilo que fomos.* A novela traz como personagens Teresa e Estela, um casal de lésbicas interpretadas respectivamente por Fernanda Montenegro e Nathalia Timberg.

pessoas são, segundo ela, agentes conscientes que podem – apesar de, com frequência, com certo custo social – optar pelo engajamento em atos transgressores, subversivos ou que denotem resistência ([1998] 2010, p. 132).

Aqui acho importante salientar observações feitas por Butler, apoiada no filósofo Jacques Derrida. Propõe a autora que toda performance é uma repetição: “a performatividade não é um ato único, mas sim uma repetição e um ritual que alcança seu efeito através de sua naturalização no contexto de um corpo” ([1990] 2007, p. 17). Estamos todos repetindo. E isso não significa estagnação. Repetir também é fazer. Cada repetição é uma nova performance. E em cada nova performance, age uma nova repetição. Isso significa que repetir uma performance não é fazer de novo a mesma performance: “repetição nunca é uma simples réplica: iterabilidade implica repetir e mudar ao mesmo tempo” (Borba, 2014, p. 465). Em outras palavras, sempre que repetimos, repetimos de forma diferente. Algumas dessas repetições podem gerar mudanças, podem subverter ordens.

Desse modo, para os objetivos desse trabalho, é importante pensar nas identidades enquanto práticas – isto é, enquanto performances – e também na força da repetição – com potencial subversivo – presente nas performances que empenhamos.

3.2

“Um olhar atento e minucioso ao que ocorre no nível da interação”: o olhar situado

Para o trabalho que aqui será desenvolvido, encaminho um olhar atento e minucioso ao que ocorre no nível da interação entre participantes de eventos sociais específicos, a saber, entrevistas de pesquisa. Numa perspectiva situada e contextual, que estabelece relações entre as ordens micro e macrosociais, percebendo a prática discursiva como um fenômeno social, empreendo uma análise à luz das considerações da Sociolinguística Interacional e da Análise de Narrativa.

3.2.1

“Pelo olhar dos teóricos da interação”: a Sociolinguística Interacional

Início pelas considerações acerca da Sociolinguística Interacional. Essa forma de olhar para a interação – apresentada por Goffman ([1964] 2002) como a situação que foi negligenciada pelos estudiosos das ciências sociais – se organiza de modo interdisciplinar, recorrendo, pois, a instrumentais de diversas disciplinas: a Microsociologia – a partir dos pressupostos da visão do interacionismo simbólico; a Etnometodologia – e suas filiações com a Análise da Conversa; a Antropologia – principalmente sua metodologia de base etnográfica; a Filosofia da Linguagem – especialmente as contribuições das teorias dos atos de fala e dos princípios de cooperação; e a Sociolinguística – dada a sua compreensão da dialética entre as práticas linguísticas e as estruturas sociais. A Sociolinguística Interacional operacionaliza, em termos analíticos, os construtos teóricos da microsociologia goffmaniana.

Goffman afirma que “é quase impossível citar uma variável social que ao surgir não produza um efeito sistemático sobre o comportamento linguístico” ([1964] 2002, p. 13). Depreende-se que existe uma relação indissociável entre língua e sociedade. Tal associação já fora apontada por sociolinguistas de orientação variacionista¹⁰. Segundo essa tradição, existe a necessidade, nos estudos sobre o uso da língua, de que se observem variáveis que sejam de ordem social. Ou seja, a explicação da performance linguística dos falantes não está isenta de suas performances de gênero, de classe social e de idade, por exemplo.

Entretanto, uma crítica, pelo olhar dos teóricos da interação, é possível ser feita ao propósito variacionista. As chamadas variáveis extra-linguísticas – em

¹⁰ A Sociolinguística Variacionista – ou “teoria da variação linguística” (Tarallo, 2007) – é uma tendência dos estudos linguísticos consolidada, no contexto dos Estados Unidos, na década de 60. Suas bases epistemológicas e metodológicas encontram grande detalhamento e abordagem nos estudos de William Labov sobre a diversidade linguística. Valendo-se de um vocabulário que salienta a heterogeneidade dos usos linguísticos (variáveis linguísticas e variantes sociais são algumas das noções centrais da disciplina), a Sociolinguística Variacionista tem por objetivo mais geral “relacionar as variações linguísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade” (Alkmim, 2005, p. 28). Nas palavras de Labov: “a base do conhecimento intersubjetivo na linguística tem de ser encontrada na fala – a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos” ([1972] 2008, p. 13).

seus termos, idade, sexo, escolaridade entre outras – não passam por um momento de análise e problematização. Elas são tidas como tácitas¹¹: “tal metodologia necessariamente inclui essencializações dos sujeitos sociais e padronizações de variáveis” (Moita Lopes, 2013, p. 231). Num caminho contrário, Goffman propõe que “não são os atributos da estrutura social que estão sendo levados em conta aqui, tais como idade e sexo, mas sim os valores agregados a esses atributos na forma em que são reconhecidos na situação imediata, enquanto ela acontece” ([1964] 2002, p. 16).

Essa é uma pequena mudança de foco que transforma toda a perspectiva de investigação. Ao invés de buscar entender, sobretudo por meios estatísticos, se tal uso linguístico é mais praticado, por exemplo, por “homens” ou por “mulheres” e daí concluir que tal uso é típico do discurso “masculino” ou “feminino”, a visão interacional está preocupada em como, na interação, são negociados, entre outros, os sentidos de gênero. Ou seja, a percepção do que é o gênero não é prévia à observação da prática discursiva. Ela se dá no nível da troca discursiva entre participantes de um ato interativo. Para Schiffrin, a linguagem, na perspectiva sociointeracional, é vista como “um sistema simbólico construído social e culturalmente usado para refletir significados macrossociais (...) e criar significados no nível micro” (1994, p. 102).

Figuram como grandes referenciais para a empreitada epistemológica da Sociolinguística Interacional, o já mencionado sociólogo Erving Goffman e o antropólogo John Gumperz. Segundo Schiffrin, “há duas questões centrais subjacentes ao trabalho de Gumperz e Goffman que fornecem uma unidade à

¹¹ Atualmente, já se percebe um processo de questionamento interno na Sociolinguística Variacionista dessas visões essencializadas. Em 2013, no *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (UFSC), houve a proposição por Cristine Severo (UFSC) e Raquel Freitag (UFS) do simpósio temático **(Re)discutindo sexo/gênero na Sociolinguística**. No resumo, as autoras dizem (os grifos são meus): *A Sociolinguística Variacionista se constituiu como campo de pesquisa na década de 1960, buscando identificar a covariação entre língua e sociedade. Uma das categorias controladas para averiguar esta covariação é a de sexo para explicar a preferência das mulheres por variantes linguísticas com maior prestígio, assim como a maior sensibilidade feminina ao prestígio social das formas linguísticas. Daí decorre que mulheres tendem a liderar processos de mudança linguística que envolvem variantes prestigiadas, e assumem uma atitude conservadora quando as variantes são socialmente desprestigiadas (homens tendem a liderar a mudança, nesse caso). Mas se a sociolinguística tem como premissa, em tendência ampla, o estudo da relação entre língua e sociedade, precisa considerar que a sociedade muda; se a sociedade muda, as explicações do modelo teórico-metodológico deveriam, também, mudar (...). Além disso, há que se considerar a revolução causada pelos estudos de gênero, a partir dos anos 1980, sobre os conceitos de “feminino”, questionando, por exemplo, a fragilidade de se vincular diretamente sexo biológico e feminilidade.*

Sociolinguística Interacional: a interação entre o eu e o outro e o contexto” (1994, p. 105). Na presente tese, dou especial destaque às noções de face, apresentada por Goffman, e pistas de contextualização, segundo encaminhamentos de Gumperz.

Para se entender a noção de pistas de contextualização, faz-se necessário percorrer outro construto teórico sociointeracional, a noção de enquadre. Tannen e Wallat, em artigo seminal para o desenvolvimento, no âmbito dos estudos do discurso, dessa noção na perspectiva goffmaniana dizem que “a noção interativa de enquadre se refere à definição do que está acontecendo em uma interação, sem a qual nenhuma elocução (ou movimento ou gesto) poderia ser interpretada” ([1987] 2002, p. 188). Se pensamos na negociação dos sentidos entre os participantes de uma interação, cada qual é responsável por dar ao momento interativo a moldura que ele deve ter, ou seja, informar se ali ocorre uma conversa informal, se ocorre um discurso político ou uma contação de histórias.

A definição do que seja enquadre é necessariamente intersubjetiva. Além disso, comporta riscos, já que nem sempre há consenso entre os atuantes de uma dada interação sobre a determinação do evento do qual participam. Os participantes estão informando uns aos outros como devem interpretar as palavras que estão dizendo. Segundo Schiffrin (1994), a organização e manipulação dos enquadres é um fenômeno socialmente situado. Goffman resume:

Minha perspectiva é situacional, o que significa aqui uma preocupação com aquilo a que um indivíduo pode estar atento em determinado momento (...). Pressuponho que, quando os indivíduos se interessam por qualquer situação usual, eles se confrontam com a pergunta: “O que é que está acontecendo aqui?” Quer formulada explicitamente, como em momentos de confusão ou dúvida, ou tacitamente, em ocasiões de certeza habitual, a pergunta é feita e a resposta a ela é presumida na maneira como os indivíduos passam então a tocar os assuntos que têm diante de si ([1986] 2012, p. 30)

Como diz o autor, essa informação sobre o que está acontecendo nem sempre se processa de maneira explícita, estando muitas vezes a cargo de pistas “usadas e percebidas irrefletidamente, mas raramente observadas em nível consciente e quase nunca comentadas de maneira direta” (Gumperz, [1982] 2002, p. 152). São as chamadas pistas de contextualização – grande contribuição de

Gumperz aos estudos sociointeracionais – percebidas pelo modo como as pessoas atuam numa dada interação, que vão também nortear a dinâmica dos enquadres. Dito de outro modo, as pistas constroem o contexto de interação. Sinalizações como o direcionamento do olhar, a movimentação do corpo pelo espaço e o uso dos gestos e da voz movimentam, dinâmica e reflexivamente, os sentidos que são coconstruídos interacionalmente: “a noção de “pistas de contextualização” abrange sinais verbais ou não-verbais que auxiliam os falantes na proposição ou esclarecimento de sentidos, e os ouvintes na tarefa de fazer inferências” (Gumperz, 1992, p. 229). Falamos então de uma troca de símbolos socioculturalmente estabelecidos que vão nos informar sobre “o que está acontecendo aqui e agora” – sobre os enquadres – e sobre as relações sociais que ali se estabelecem. Para fins de análise, ao valer-me da noção de pistas de contextualização, procuro não atribuir deliberadamente intenções aos participantes quando do uso de uma tal pista. Tento, de outro modo, compreender, com base na materialidade dos dados e em repertórios comunicativos compartilhados culturalmente, sua emergência na interação. Como Biar, compreendo que “as intenções comunicativas (...) ficam no nível da pressuposição” (2015, p. 131)

O conceito de enquadre, em conjunto com o de pistas de contextualização, está atrelado ao modo como agem, se posicionam e se projetam os interagentes num dado encontro social. Goffman parte do pressuposto de que, em interação, os indivíduos estão constantemente em busca de uma construção positiva de si. Ele utiliza a noção de face para desenvolver essa ideia. Segundo ele,

o termo face pode ser definido como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. Face é uma imagem do *self*¹² delineada em termos de atributos sociais aprovados ([1967] 1980, p. 76)

¹² A noção de *self* é bastante movimentada nos estudos de Goffman sobre as situações sociais. Segundo Biar (2015, p. 132), “*self* pode ser definido como uma imagem socialmente construída a partir de certas demandas expressivas contingentes e baseadas em juízos emergentes de uma situação social”. Não lido com a noção neste trabalho, mas não deixo de comentar que podem ser percebidos, sobretudo em suas características construcionistas, encontros (mas também alguns desencontros) entre essa noção e a de performance segundo os pressupostos apresentados anteriormente.

Dito de outra forma, a elaboração da face é um trabalho desempenhado pelos agentes de uma interação no intuito de ressaltar seus valores sociais positivos. O trabalho de face é uma reivindicação de identidade favorável em relação ao outro e ao contexto de uma determinada interação. Num dado encontro social, os participantes de uma interação estão cooperativa e estrategicamente elaborando suas faces. Nos termos de Goffman, estudar sobre o trabalho de face é querer entender “as regras do trânsito da interação social” ([1967] 1980, p. 82).

O entendimento da noção de face, conforme proposto por Goffman, passa pela ideia de linha. Para ele, a linha é “um padrão de atos verbais e não-verbais através dos quais [uma pessoa] expressa sua visão da situação e, através disso, sua avaliação dos participantes, especialmente de si mesma” ([1967] 1980, p. 76). É em relação à linha que um participante toma, que se pode entender o seu trabalho de face. Nos termos de Goffman, *estar em face* é realizar, na perspectiva da linha seguida, uma apresentação consistente de si em relação aos demais participantes. Depreende-se daqui um sentido não-essencialista para a ideia de valor social favorável. Ainda que haja valores sociais desfavoráveis partilhados culturalmente pelos sujeitos de uma dada sociedade, o que se entende por positivo ou negativo é estabelecido local e situadamente em diálogo com a linha tomada. A noção de face afasta-se de proposições essencialistas. Entende-se que a face é “algo que se localiza difusamente no fluxo de eventos que se desenrolam no encontro, e se torna manifesto apenas quando estes eventos são lidos e interpretados em função das avaliações que neles se expressam” (Goffman, [1967] 1980, p. 76). Conforme se verá no capítulo analítico, são fundamentais para o trabalho que empreendo a observação da linha perseguida pelos participantes em questão para que se perceba de que forma lidam com suas faces interacionais. Estar ou não em face depende da linha que se constrói ao longo de um encontro.

Seguindo na perspectiva de que a face demanda elaboração, Goffman usará expressões como *estar na face errada* (quando não há coerência entre a linha sustentada e as informações sociodiscursivas produzidas), *perder a face* (a consequência de alguém que está na face errada), *salvar a face* (a tentativa sociointeracional de convencimento de que a face não foi perdida) *ameaçar a face* (ações que desencadeiam uma perda de face), entre outras, para demonstrar a dinamicidade e a situacionalidade desse trabalho social. Biar resume:

Enquanto o estado interacional *default* consistiria no equilíbrio do conflito, situações como o constrangimento, a vergonha e as gafes, por exemplo, seriam, ao mesmo tempo, sinais perceptíveis de problemas com a sustentação de face – que pode estar errada, pode ser perdida ou estar ameaçada por outrem – e demandas de controle por parte dos outros para gerenciar essas situações (2015, p. 132)

3.2.1.1

“O encontro se dá entre estigmatizados”: uma pesquisa “entre iguais”

Conforme elaboro mais adiante, os dados analisados nesta tese relacionam-se à construção situada e interacional de performances de sexualidade. Atento a como os participantes do encontro sob escrutínio constroem suas performances de homossexualidade.

Focalizar performances de homossexualidade é, a partir de um ponto de vista, lidar com identidades estigmatizadas. Essa afirmação pode, em primeira análise, parecer essencialista. Pode-se pensar que entender a homossexualidade como um estigma é não estar em consonância com noções identitárias que pensam a possibilidade da fluidez, da fragmentação e da mobilidade das identidades, sobretudo se localizamos nossa investigação no cenário contemporâneo. Não é desse modo que proponho entender a homossexualidade como um estigma.

Goffman entende que um estigma é uma expectativa, um atributo que torna alguém diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído. Diz o autor que, quando se evidenciam estigmas, estamos diante da seguinte situação:

um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus ([1963] 2008, p. 14)

Apresentar-se publicamente como uma mulher libidinosa, por exemplo, se pensamos no senso comum que informa as culturas ocidentais, é evidenciar um estigma. As expectativas que se criam sobre as feminilidades em sociedades como

a nossa fazem do excesso de libido um atributo que não localiza uma dada mulher na categoria de mulheres “normais”, utilizando os termos de Goffman. As explicações, causas e consequências da categorização dessas performances de feminilidade já foram amplamente interpretadas, por exemplo, pela literatura feminista. É evidente que os sentidos sociais a respeito das mulheres ganharam novos contornos desde que os movimentos feministas iniciaram suas atuações. A libido feminina, entre outros tabus que circundam as práticas de identidade das mulheres, já passou por revisões de conceituação. É possível que, em determinados contextos, a demonstração pública de uma performance de mulher libidinoso possa não causar constrangimentos e/ou punições. Entretanto, dada a persistência de discursos de orientação sexista, machista e misógina que ainda hoje se fazem perceber¹³, assim como das repressões relacionadas à prática sexual, não se pode dizer que alguém que está em performance como uma mulher libidinoso passará despercebida. A libido feminina não passará incólume¹⁴.

Do mesmo modo, entendo também a homossexualidade. Apesar de todos os esforços e ganhos alcançados pelos movimentos LGBT e por outros ativismos em prol das dissidências sexuais, e pela sensação de liberdade já experimentada por alguns indivíduos que se identificam como homossexuais, as performances de homossexualidade constituem ainda um estigma¹⁵. Estar em uma performance gay significa, na maioria dos casos, estar sob suspeita, dever explicações, sofrer reprovações.

¹³ Em busca rápida feita em jornais eletrônicos de grande circulação no Brasil, encontrei as seguintes manchetes: “Machismo de homem que se recusou a decolar em avião pilotado por mulher revolta passageiros” (Portal Estado de Minas, 23/05/2012); “Em caso de estupro, a vítima será a culpada. Sempre: Garota de 14 anos é estuprada em Manaus e os comentários online colocam a culpa na garota, como se ela estivesse “procurando” pelo crime” (Carta Capital, 13/12/2013); “Casos de violência contra mulher não denunciados preocupam autoridades” (Portal G1, 30/05/2014); “Fernanda Colombo revela seu sonho no futebol: Trabalhar sem machismo” (O Dia Online, 16/05/2014); “Estudantes da UFF acusam professor de machismo e racismo: Alunas afirmam que foram agredidas verbalmente durante ato grevista. Professor assume uma das ofensas e nega agressão racista” (Portal G1, 25/07/2015); “Garota que sofreu estupro por 33 homens é violentada virtualmente: foi criada uma conta no Twitter que tenta justificar o crime que chocou o Brasil” (Blastingnews, 28/05/2016).

¹⁴ É claro que estou considerando para esta formulação a arena social pública informada pela orientação ainda machista presente em sociedades como a brasileira.

¹⁵ A rápida observação de sociabilidades gays em espaços públicos demonstrará que a sensação de liberdade sem punições e constrangimentos está diretamente relacionada a sentidos de classe, prestígio, etnia-raça e idade.

Partindo então da compreensão de que a homossexualidade é um estigma, em interação, indivíduos gays entram em trabalho de elaboração de face. Numa interação mista, isto é, num encontro entre “normais” e “estigmatizados”, a elaboração da face se estabelecerá, frequentemente, com a manipulação colaborativa do primeiro, na intenção de “neutralizar” a interação a fim de evitar confrontos e perdas de face com o segundo, que manipula discursivamente o apagamento de seu desvio. Biar nos mostra que, em seus encontros com detentos de uma penitenciária para a realização das entrevistas de sua pesquisa,

a “cegueira” de quem simula tornar irrelevante o fato de estar diante de um estigmatizado – comparável a de alguém que desvia o olhar de um deficiente na rua –, que marca o meu comportamento, serve para proteção de Félix, João, José e os demais [participantes da pesquisa]. Por outro lado, o comportamento deles, que disfarçam as marcas do seu estigma, é pura proteção daquela minha face, em risco sempre que é possível o confronto com a realidade de sua violência (2012, p. 114)

No estudo que aqui desenvolvo, o encontro se dá entre estigmatizados. Tanto eu quanto Rafael, Hélio e Gabriel, os participantes cujas entrevistas são analisadas, somos sujeitos que nos construímos como homossexuais. Estivemos então, no momento das entrevistas, entre iguais. Ainda assim, o trabalho de elaboração (correção, salvamento etc.) de face se fez notar.

Ainda que as elaborações goffmanianas a respeito de encontros que envolvem manipulação de identidade desviante se desenvolvam majoritariamente sobre encontros mistos¹⁶, é possível também utilizá-las para a interpretação de encontros aparentemente não-mistos. O uso do advérbio aqui é intencional. Aparentemente, meus participantes e eu estivemos entre iguais. Entretanto, uma vez que estivemos – e sempre estamos – envolvidos numa rede, num “suporte móvel de correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis” (Foucault, [1976] 2003, p. 89), Gabriel, Rafael, Hélio e eu nos diferenciamos. As relações de poder que permearam nosso encontro desencadearam movimentos de elaboração

¹⁶ Em **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**, Goffman diz: “Este livro (...) ocupa-se especificamente com a questão dos “contatos mistos” – os momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma “situação social”, ou seja, na presença física imediata um do outro, quer durante uma conversa, quer na mera presença simultânea em uma reunião informal” ([1963] 2008, p. 22)

de face e trabalho com o estigma. E assim como ocorreu conosco, ocorreria com outros. Digo com isso que, seja em encontros mistos, seja em encontros entre estigmatizados, uma operação de manipulação do estigma pode se fazer perceber. Isso se deve à relevância da noção de poder para a análise desses tipos de encontro.

Numa certa perspectiva foucaultiana, que pretendo trazer a este trabalho, os poderes estão localizados, sobretudo, nas microrrelações; é nesse nível social que são percebidos sua produção e seus movimentos. Uma das primeiras ideias de que devemos nos distanciar, se queremos entender a noção de (micro)poder, é a de que o poder existe, de que ele está nas mãos de alguém e de que, por esse motivo, existem os poderosos e os não-empoderados. Na perspectiva foucaultiana, conforme nos sinaliza Fabrício (2008, p. 55), a compreensão das relações sociais “deve ser buscada, não em sujeitos ou instituições isoladas, mas na microfísica que sustenta todas as relações de poder, uma rede complexa e intrincada de conexões dentro de um solo histórico, econômico, político e sociocultural”.

Foucault propõe que vejamos o poder de uma forma positiva. A positividade, ou também produtividade, está em oposição à ideia de repressão. O autor pretende contrariar a concepção de que as relações de poder ocorrem unicamente de uma maneira verticalizada, na qual ocupariam as estruturas superiores os poderosos, e as inferiores os oprimidos. Nessa relação, “identifica-se o poder a uma lei que diz não” (Foucault, [1979] 2008, p. 8). Encaminhando outro raciocínio, o pensamento foucaultiano propõe que o poder seja percebido como uma prática de fabricação que impõe a tudo e a todos uma individualidade. Isto é, não somos reprimidos por um poder; somos constituídos como indivíduos por relações de poder. Tais relações, por não se darem na via de mão única poderosos-oprimidos, estão disseminadas por toda parte e vêm de todo lugar.

As relações de poder se dão de maneira dinâmica. Daí surge o entendimento de que, numa prática social, se há poder, também há resistência. “Lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, [1976] 2003, p. 91). O poder e a resistência fazem funcionar a máquina discursiva na construção das subjetividades. Não são poucas as evidências dessa relação, sobretudo se pensamos em subjetividades contemporâneas que nos levam a

refletir sobre nossa possibilidade de crítica, releitura e re-significação, por exemplo, das práticas sociais que envolvem significados de gênero e sexualidade.

É porque estivemos envolvidos na rede de relações de poder que os entrevistados e eu estivemos em situação de elaboração de face. Porque fui seu professor (de Rafael e Gabriel) e colega de trabalho (de Hélio), porque eles foram meus alunos e colega de trabalho, porque, na interação em questão, sou um pesquisador, porque eles sabem que, ainda que anonimamente, suas palavras serão disponibilizadas para leitura, e por uma série de outros fatores, trabalhamos conjuntamente na intenção de “equilibrar” o encontro. Cuidamos em não ameaçarmos a face um do outro, estivemos em cooperação para que não fossem necessários salvamentos de face. Nossas performances foram ali, por nós, manipuladas.

3.2.1.2

“A face, não sendo inerente aos indivíduos, precisa ser feita”: face e performance

Antes de passar ao próximo item, acho importante conectar duas pontas que talvez possam parecer desconectadas. Falo das duas perspectivas teóricas apresentadas nas subseções anteriores. Minha intenção é a de encontrar, ao invés dos afastamentos, as aproximações entre a visão das identidades enquanto performances sociais e o construto de face conforme apresentado por Goffman.

Ao entender, pelo viés da performatividade, que o gênero é uma estilização repetida do corpo, Butler advoga por um sentido do ser anti-essencialista, na medida em que vê o gênero não como um reflexo de uma essência interior, mas como um produto de nossas ações, daquilo que fazemos. Soma-se a isso a sua percepção de que é relevante, em nossas ações, a força do que chama de estrutura reguladora – em seu caso, a matriz heteronormativa. Essa percepção é importante para que não se encaminhe uma visão idealizada de liberdade total no que se refere às nossas performances¹⁷.

¹⁷ Vale lembrar a observação que fiz anteriormente, a partir da perspectiva de Butler, sobre a possibilidade de agência e mudança advinda da ideia de repetição.

Atento-me então à ênfase que se dá à força produtiva das performances. Pennycook sintetiza essa ideia ao dizer que “em vez de pressupor que falamos de certa forma por causa de quem somos, pode ser mais útil considerar a possibilidade de sermos como somos por causa do que falamos” (2007, p. 70). O autor resume a ideia de Butler segundo a qual o gênero, como outras performances identitárias, “é uma sedimentação de atos repetidos ao longo do tempo, dentro de contextos regulados” (2007, p. 72). Em síntese, entendemos, nessa perspectiva, que nossas identidades são construídas; em sua realização, fazemos aquilo que, de tão repetido, ganha aparência de simplesmente ser.

De um lugar de fala distanciado das proposições queer, bem como de formulações de caráter mais filosófico, Goffman, em seu **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**, também nos apresenta a construção das identidades como uma prática. Traduzido como ‘Representações’, o primeiro capítulo da obra intitula-se originalmente ‘Performances’. Isso não parece ser uma mera coincidência. Performances são, para Goffman, “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” ([1959] 2009, p. 29). A conexão que quero propor aqui é aquela que vê, na elaboração da face, uma performance. Se concordamos com Goffman, segundo quem “a face não é algo que se aloja dentro ou na superfície do corpo de uma pessoa, mas sim algo que se localiza difusamente no fluxo de eventos que se desenrolam no encontro” ([1967] 1980, p. 78), estamos em consonância com a visão das práticas identitárias como performances. O que se coloca aqui é a percepção da performance como a construção de uma cena. Nela, os indivíduos atuam, criam-se como personagens. A face, não sendo inerente aos indivíduos, precisa ser feita. Ainda que se possa ter a sensação de que, em interação, estamos representando aquilo que somos, parto do princípio segundo o qual fazemos aquilo que pensamos que somos. A lógica da performatividade está presente nesta formulação. Os mecanismos de elaboração da face servem-nos aqui como lente para a visualização dessas construções. A elaboração da face tem repercussões identitárias. Visualizar a sistemática do trabalho de face possibilita-nos perceber a força performativa das construções identitárias.

3.2.2

“Uma forma de organização básica da experiência humana”: os estudos em Análise da Narrativa

Propus apresentar categorias de análise da Sociolinguística Interacional que evidenciassem seu interesse pelo processo de negociação das identidades sociais. A essa proposição teórica importam os movimentos dialógicos que envolvem os interagentes na coconstrução dos sentidos. Dessa forma, entende-se que não há sentido que esteja deslocado de uma situação. E não há situação que ocorra num vácuo social. Para tanto, é de extrema importância que as perspectivas macro dialoguem com aquelas que observam o universo microsocial. É o que nos diz Velho ao pensar sobre os caminhos que a antropologia toma já há alguns anos:

o familiar (...) é cada vez mais objeto relevante de investigação para uma Antropologia preocupada em perceber a mudança social não apenas ao nível das grandes transformações históricas mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas (1978, p. 46)

O olhar para o micro neste trabalho está orientado principalmente às narrativas coconstruídas durante as entrevistas. É importante, para tanto, que se apresente a noção de narrativa com que se opera. Entendo as narrativas como práticas sociais estruturadoras do discurso e das relações sociais, como “um mecanismo rotineiro de intelecção sobre quem somos, sobre quem são os outros e sobre o que nós e eles fazemos” (Fabrício & Bastos, 2009, p. 42). As narrativas são aqui percebidas como um construto que favorece o entendimento das relações entre discurso, performance e sociedade.

O interesse por essa forma de organização discursiva não é um privilégio de pesquisadores da área de linguagem. Entre outros campos do saber, a História tem, já há alguns anos, mostrado grande interesse pelas chamadas fontes orais. Vangelista (2006, p. 188) afirma que “a fonte oral proporciona a visão individual, subjetiva, dos acontecimentos; uma visão subjetiva que, por outra parte, entretém constante diálogo interior com o sentir de um grupo (...) e de uma época”. Na Pedagogia não é menor esse interesse pelas histórias. Sobretudo entre os interessados na área de formação de professores, as narrativas de vida vêm se apresentando como um construto de grande valia. Segundo Nóvoa, uma grande

referência para trabalhos desse tipo, as histórias de vida de professores “fazem reaparecer os sujeitos face às estruturas e aos sistemas, a qualidade face à quantidade, a vivência face ao instituído” (2007, p. 18).

Como se faz perceber, as possibilidades de trabalho com narrativas são algumas. Aqui, opto por um viés sociolinguístico, interacional e construcionista identificado sob o rótulo de Análise de Narrativa (Bastos e Biar, 2015). É partindo da percepção de Fabrício & Bastos de que “contar histórias parece ser (...) uma forma privilegiada, em nossa cultura, de projeção de sentido para a experiência humana” (2009, p. 45) que proponho a narrativa como outra estratégia teórico-metodológica para a análise de meus dados. As narrativas são entendidas como histórias sociais de vida, cultural e historicamente situadas, nas quais os sujeitos narradores se autoconstroem e também constroem seus personagens e seus interlocutores (Linde, 1993). Segundo Bastos (2004, p. 119), elas habitam o cotidiano de todas as pessoas e são vistas como “uma forma de organização básica da experiência humana, a partir da qual pode-se estudar a vida social em geral”.

A observação de narrativas em contextos interacionais pode se dar de algumas maneiras. Muitos trabalhos interessam-se pelo modo como, em interações espontâneas, as pessoas negociam a inclusão de histórias nas conversas. Quando construídas em contextos interacionais espontâneos, as narrativas organizam-se de maneira particular. No fluxo interativo de uma conversa informal entre amigas, por exemplo, o espaço para narrar uma história precisa ser negociado. Falo aqui do que Harvey Sacks chama de prefácio, isto é, “um enunciado através do qual sinaliza o propósito de produzir uma fala mais longa” (Bastos, 2005, p. 78). Garcez (2001) chama a atenção para duas preocupações constantes da ação de participantes que querem contar uma história no fluxo de uma interação. É necessário que o sistema de troca de turnos¹⁸ seja suspenso por um dado momento – o tempo que a narrativa durar – e que o narrador conte sua história de forma que se justifique essa cessão de espaço. Isso significa que “o participante se qualifica como contador de história e sinaliza que suas elocuições seguintes pretendem receber atenção inter-acional” (2001, p. 195).

¹⁸ Turno aqui refere-se à fala de um participante em uma interação.

As narrativas nos contextos interacionais não necessariamente têm um dado relacionado à história de vida do narrador como elemento central. Pode-se contar sobre algo que ocorreu com outra pessoa ou também alguma história da qual se participe sem que seja a vida do narrador o assunto principal do episódio. Há um tipo de organização narrativa, bastante comum em pesquisas que trabalham com entrevistas, que, diferentemente, tem como motivo principal as experiências de vida do narrador. A essas formas de narrar, dá-se o nome de narrativas de história de vida. Nesta tese, é com essa organização narrativa que se trabalha.

Linde (1993, p. 21) conceitua esse tipo de narrativa da seguinte forma: “uma história de vida consiste em todas as histórias e unidades discursivas associadas, como por exemplo explicações, crônicas e as conexões entre elas, contadas por um indivíduo durante o curso de sua vida”. Essa formulação conceitual está embasada numa compreensão advinda do senso comum que entende que todas as pessoas possuem uma história de vida que pode ser contada. Diz a autora que “em uma acepção não técnica, a noção de história de vida é algo como *que eventos fazem de mim o que eu sou*, ou mais precisamente, *o que você precisa saber sobre mim para me conhecer*” (Linde, 1993, p. 20).

Um analista ao interpretar uma performance discursiva e entendê-la como uma narrativa de história de vida, não está, obviamente, apreendendo a “história de vida” de um dado indivíduo por completo. Seu trabalho será debruçar-se sobre episódios que constroem trajetórias recortadas da história de vida de um indivíduo de acordo com os interesses em jogo em dada interação. Linde diz que

a história de vida é uma unidade necessariamente descontínua pois suas partes são contadas em diferentes ocasiões a diferentes ouvintes e, como ela é o total de todas as histórias contadas ao longo da vida do falante, é impossível contar uma história de vida inteira (1993, p. 27).

Alguns outros aspectos importantes para a compreensão das especificidades das narrativas de história de vida são apresentados a seguir.

Para iniciar um percurso teórico sobre os estudos em Análise de Narrativa, lanço mão da seguinte colocação de Bastos: “as narrativas não são mais consideradas como representações diretas e transparentes de eventos passados,

mas sim como recontagens seletivas e contextualizadas de lembranças de eventos” (2005, p. 80). Encontramos aqui uma consideração de grande relevância. Ao entendermos que ao narrar não representamos direta e transparentemente os eventos ocorridos, trabalhamos com a premissa de que, no mundo da narrativa, isto é, na sequência das ações que são narradas, não há fatos¹⁹, há interpretações. Esse entendimento proporciona um deslocamento de grande valia para estudos de inspiração construcionista, qual seja, a potencialidade da narrativa enquanto lócus de (re)interpretação, (re)leitura, (re)direcionamento de discursos e identidades. Segundo Bastos (2005, p. 80):

Falamos sobre nossa experiência passada guiados pelo filtro de nossas emoções, o que nos leva a frequentemente transformar e recriar essa experiência. É nesse sentido que cada vez que contamos uma estória podemos estar tanto transformando nossas lembranças, quanto solidificando determinadas interpretações e formas de relatá-las.

Por serem então, conforme diz Bastos em citação acima, “recontagens seletivas e contextualizadas de lembranças de eventos”, uma questão central na construção de narrativas é o estabelecimento de coerências internas à história. Observar analiticamente histórias é também investigar as formas pelas quais tentamos torná-las coerentes. Segundo Linde (1993), há demandas sociais e pessoais pela coerência das histórias, sendo ela não “um critério universal e nem uma característica inerente ao texto. Ela é (...) co-construída entre os participantes em função do contexto no qual a interação acontece” (Campos, 2005, p. 48).

Ainda sobre o estabelecimento da coerência, Linde nos diz que “embora a coerência resulte das condições de como um texto é construído e negociado, há também uma base cultural para qualquer negociação” (1993, p. 18). A negociação do sentido de uma dada história relaciona a atividade local do contar com repertórios globais de compreensão, chamados por Linde de sistemas de coerência. O senso comum, o discurso científico, a sabedoria popular são

¹⁹ Numa perspectiva mais radical, diremos que nem no “mundo real”, aquele que não é o mundo da narrativa, os fatos existem. Há aqui uma inspiração nietzschiana que não deixarei de citar, mesmo sem discuti-la: “contra o positivismo, que atesta ao fenômeno, ‘só existem fatos’, eu objetaria: não, justamente não há fatos, somente interpretações. Não podemos constatar nenhum *factum* ‘em si’: talvez seja um nonsense querer este tipo de coisa” (Nietzsche, 1887: apud Camargo, 2008, p. 106).

exemplos de repertórios entextualizados nas narrativas para o estabelecimento do sentido. Segundo Biar, “esse é um trabalho em que nos engajamos cotidianamente: montamos nossas biografias, atribuindo sentido aos eventos de modo a conformá-los nos princípios abstratos legítimos para aqueles com quem queremos nos identificar” (2012, p. 121).

Feitas essas observações mais gerais, passo a abordar a construção da narrativa de forma mais estrutural. Para o desenvolvimento das análises que propus, são necessárias ferramentas analíticas que possam fazer entender como se estruturam as narrativas e como elas são negociadas e coconstruídas pelos participantes de uma dada interação. Passemos a elas.

William Labov também traz grandes contribuições para os interessados nos estudos da narrativa. Apresentada como o momento em que “um falante se torna profundamente envolvido em ensaiar ou mesmo reviver acontecimentos do seu passado” (Labov, 1972, p. 354), para o autor, segundo Bastos (2004), a narrativa oral possui três características essenciais: ela se estrutura numa sequência temporal, possui um ponto e é dotada de reportabilidade.

A sequência temporal para Labov é, como o próprio nome diz, a sequência dos eventos que compõem uma dada narrativa. O ponto é a razão de existir da história que se conta. Bastos diz que “é a sua razão de ser, é o motivo pelo qual ela é contada” (2005, p. 75). No que se refere às narrativas de história de vida, Linde nos diz que para assim ser identificada, uma narrativa tem que ter como ponto a própria vida do narrador. Em suas palavras, “as histórias e as unidades discursivas associadas têm como avaliação primeira um ponto sobre o falante e não um ponto geral sobre o modo como o mundo se organiza” (1993, p. 21)

Por reportabilidade, entende-se a característica de uma determinada história que a torna local e situadamente contável, que demonstra que o que se contará não será apenas um relato, mas sim uma história, uma narrativa. Sobre isso, Bastos (2004, p. 119) nos diz que

acontecimentos banais e previsíveis não se prestam a ser contados, não têm reportabilidade. Em circunstâncias normais, alguém contar que atravessou a rua no sinal não será tomado como algo contável; no entanto, se ele contar que foi assaltado ou que assistiu a uma briga no sinal, seus ouvintes vão aceitar a narrativa como contável.

Especificamente em narrativas de história de vida, encontraremos aquilo que Linde chama de reportabilidade estendida, isto é, histórias que “são contáveis, contadas e recontadas no curso de um longo período de tempo” (1993, p. 21). Entre essas histórias, encontramos aquelas cuja extensão da reportabilidade está em sua condição de evento memorável, um marco ou, nos termos de Linde, um *landmark event*. A autora cita, entre outros exemplos, os rituais de casamento e conclusão de graduações como eventos dessa natureza. Como se verá adiante, em todas as entrevistas levadas à análise, um evento desse tipo será perseguido por mim no contato com os participantes. Atento à temática da tese, perguntarei sobre suas experiências de saída do armário, evento que geralmente, em narrativas de história de vida de homens gays, é construído como de reportabilidade estendida, aquele que vale a pena contar inúmeras vezes (sempre que for oportuno e/ou permitido).

Passando a apontamentos mais estruturais de sua proposição analítica, Labov nos apresenta seis elementos que compõe as narrativas orais: o resumo, a orientação, as ações complicadoras, a avaliação, a resolução e a coda.

O resumo, em geral presente anteriormente às ações da história, sumariza a narrativa. O momento da orientação fornecerá a presença das personagens, do tempo, do cenário entre outros elementos constitutivos de uma história. A complicação compreende o conjunto de ações sequenciais que formam o conteúdo daquilo que se conta. Labov afirma que minimamente são necessárias duas orações passadas em uma sentença para que a concebamos como uma narrativa. Diz ele que “podemos definir como narrativas mínimas a sequência de duas orações temporalmente organizadas” (1972, p. 360).

A avaliação, destacada por Labov como “possivelmente o elemento mais importante [de uma narrativa]” (1972, p. 366) é o momento em que se evidencia o estado emocional do falante. Trata-se de um momento crucial para quem se interessa por olhar, discursivamente, a construção de identidades. Há, na avaliação, uma carga dramática e emocional que nos possibilita perceber como são (re/des)construídas as identidades de quem narra, das personagens que compõem a história, e também da audiência.

Entre os tipos de avaliação apresentados por Labov destaco duas formas básicas de produzi-las no interior das histórias: a avaliação externa e a avaliação

encaixada. A primeira pressupõe um mecanismo avaliativo mais explícito, no qual o narrador interrompe a história para produzir juízos sobre os personagens e demais constituintes da narrativa. A avaliação encaixada é aquela em que o narrador “preserva a continuidade dramática” (Labov, 1972, p. 372) e, por meio de recursos como a fala relatada²⁰, as marcas prosódicas de estilização de fala e os risos, sinaliza suas impressões em relação aos elementos da narrativa.

Os momentos finais da estrutura narrativa compõem-se pela resolução – o desfecho da história – e pela coda, a sinalização de que a história foi encerrada e de que, a partir de então os participantes voltam do mundo da narrativa para a situação de interação. Em resumo, Labov diz que “uma narrativa completa começa com uma orientação, procede à ação complicadora, é suspensa no foco de avaliação antes da resolução, é concluída com a resolução, e faz com que o ouvinte retorne ao tempo presente com a coda” (1972, p. 369). A esse tipo de narrativa dá-se o nome de canônica, segundo o modelo laboviano.

A metodologia laboviana de análise de narrativas foi acometida por algumas críticas, sobretudo em relação à desatenção a organizações narrativas que se afastam do modelo canônico. São negligenciadas, em suas análises, por exemplo, “relatos de ações habituais – narrativas baseadas em ações repetidas sem mudança para uma ação complicadora – e histórias hipotéticas – que não aconteceram ou que estão projetadas para o futuro” (Bastos e Biar, 2015, p. 106). Outra questão que recorrentemente os críticos do autor destacam são as debilidades de sua proposta enquanto à problematização da narrativa como uma organização discursiva descontextualizada e autônoma que relaciona eventos passados e memória. Mishler, em discussão sobre a organização temporal interna aos processos narrativos cotidianos, critica modelos analíticos como o laboviano. Diz o autor que “o passado não está gravado em pedra, e o significado dos eventos e experiências está constantemente sendo reenquadrado dentro dos contextos de nossas vidas correntes e em curso” (Mishler, 2002, p. 105).

Apesar das críticas, não se pode negar que a contribuição de Labov, no que tange a um modelo analítico, é inegável. Neste trabalho, utilizo os

²⁰ Fala relatada é o termo de uso mais frequente entre estudiosos afiliados a perspectivas interacionais, como a Sociolinguística Interacional e a Análise da Conversa, para a referência ao que, em outras tradições, chama-se de discurso relatado, discurso direto entre outras denominações.

encaminhamentos analíticos labovianos – sem a ele estar preso – e compartilho das críticas relacionadas às suas limitações.

Antes de fechar esta apresentação de cunho mais teórico, acho importante retomar uma discussão que, paralelamente, foi se desenvolvendo ao longo do capítulo. Refiro-me às relações estabelecidas entre as escalas micro e macroanalíticas.

Assim como Velho, entendo que estudar relações sociais em pequena escala permite a aproximação a um “nível estratégico em que, mesmo partindo de categorias sociológicas mais amplas, [o analista] está permanentemente em contato com indivíduos concretos, carregados de densidade existencial” (2012, p. 31). Os direcionamentos de uma sociolinguística de inclinação interacional se dão na mesma perspectiva. Observar interações microanaliticamente não é se desprender de entendimentos de maior escala; da mesma forma, atentar-se também a esses entendimentos mais globais não exclui a necessidade de perceber movimentos locais, entre eles, possíveis movimentos agentivos. Sigo, mais uma vez, a trilha de Velho, para quem:

O antropólogo no campo, ao lidar com pessoas, é mais capaz de perceber como são elaboradas as estratégias de vida particulares. Mesmo ao procurar padrões e regularidades, a sua experiência pode mostrar, se não estiver numa postura excessivamente rígida, que os indivíduos e subgrupos fazem leituras particulares de sua cultura em função de suas características próprias. Há, portanto, uma gama de variação que não impossibilita a procura de padrões” ([1974] 2012, p.32)

Percebo, numa interface entre os estudos do discurso e a antropologia, um papel central desempenhando por linguistas de inclinação sociointeracional. Talvez sejamos nós estudiosos que não priorizam este ou aquele olhar, a saber, a micro ou a macroanálise. Nossas categorias de análise permitem visualizar o movimento constante de fricção entre o micro e o macro, de localizações e referências contínuas. Percebo em nosso fazer um cumprimento do proposto por Foucault para quem micro e macro podem ser perspectivas inseparáveis no trabalho analítico. Diz ele que “nenhum “foco local”, nenhum “esquema de transformação” poderia funcionar se, através de uma série de encadeamentos

sucessivos, não se inserisse, no final das contas em uma estratégia global” (Foucault, [1976] 2003, p. 95). É por esse caminho que sigo adiante²¹.

²¹ Estão contidos nesse capítulo, os construtos teóricos nucleares para o desenvolvimento do trabalho. Ao longo da seção de análise (Capítulo 5), pontualmente, algumas outras noções teóricas não modificadoras da epistemologia aqui traçada são apresentadas para auxiliar o desenvolvimento da argumentação.